



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Handwritten signature and initials "DB" in the top right corner.

**ATA N.º 10/2015
do Conselho de Escola
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**

No décimo segundo dia do mês de Janeiro de dois mil e quinze, pelas catorze horas e quarenta minutos, reuniu na Sala do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa o seu Conselho de Escola.

Estiveram presentes, enquanto membros docentes, o Professor Doutor Vasco Pereira da Silva (Presidente do Órgão), o Professor Doutor Januário Costa Gomes, o Professor Doutor Luís Pereira Coutinho, a Professora Doutora Margarida Seixas, o Dr. Tiago Antunes, o Professor Doutor David Duarte, o Professor Doutor Guilherme d'Oliveira Martins, o Dr. Francisco Paes Marques e o Professor Doutor José Luis Ramos; enquanto membros discentes, os estudantes Belarmino Silva, Celestino Infanda, Diogo Baig, José Miguel Vitorino e Vasco Ferreira em substituição de Igor Amarii; em representação dos funcionários, esteve Isabel Ramos; sem direito de voto e em representação da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa marcou presença o estudante Pedro Gonçalves; a título de prestação de informações esteve ainda presente o Diretor, Professor Doutor Jorge Duarte Pinheiro, a Diretora Executiva, Dr.^a Ana Paula Carreira, e a Dr.^a Sofia Soares.

A ordem de trabalhos consistia nos seguintes pontos: 1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 2) Período antes da ordem do dia; 3) A FDUL EXPERIENCE 2014; 4) Biblioteca da faculdade: situação atual e condições de utilização; 5) Situação da biblioteca da faculdade; 6) Renovação dos contratos de dois assistentes da faculdade; 7) Contratação de pessoal não-docente; 8) Equipamento informático da faculdade; 9) Apreciação do projeto de regulamento de estudantes com necessidades educativas especiais; 10) Apreciação do documento de trabalho de acompanhamento de execução do programa de gestão; 11) Sustentabilidade ambiental e energética do edifício da FDUL; 12) Eleição do representante dos docentes e investigadores não doutorados; 13) Outros assuntos.

O Professor Vasco Pereira da Silva começou por saudar o secretário pelas diligências que levou a cabo no tratamento respeitante ao trabalho documental, desde as atas por aprovar ao extrato referente à nomeação dos Conselheiros Académicos discentes. Neste contexto, o Professor Doutor José Luís Ramos felicitou o secretário pela distância temporal com que enviou o projeto aos membros do conselho, referindo que estaria em condições de votar favoravelmente. O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva inquiriu

se mais alguém teria algo a acrescentar, afirmando o Dr. Tiago Antunes que votaria favoravelmente quanto à última embora tivesse que se abster relativamente à penúltima, na medida em que não marcara presença na respetiva reunião. Aprovadas ambas as atas, passou-se ao período antes da ordem do dia.

O aluno Belarmino Silva pediu a todos os membros do órgão que lhe fizessem chegar os seus endereços de correio eletrónico para que estes fossem incluídos na *mailing list*.

Tomou a palavra o Professor Doutor José Luis Ramos, que referiu que a recente renúncia do Dr. David Carvalho Martins constituía uma perda significativa para o órgão, para além de consistir um rombo na Lista B. Expressou, de seguida, a sua surpresa perante a revogação do contrato com a anterior equipa de segurança da faculdade, cujo profissionalismo considerava inquestionável, afirmando que este ponto deveria ser impreterivelmente abordado na próxima reunião. Tomou a palavra o Professor Doutor Vasco Pereira da Silva, que informou os membros do órgão quanto à renúncia do Dr. João Ascenso, que lhe chegara naquele dia por email. Por outro lado, saudou a presença do novo membro docente, o Dr. Francisco Paes Marques. Tomou a palavra o Professor Doutor David Duarte, que referiu que todos os contratos de *outsourcing* que estavam em vigor no momento em que o atual diretor foi eleito eram ilegais, na medida em que violavam as regras dos três anos previstos no Código dos Contratos Públicos. Incluiu nestes o contrato de prestação de serviços com a equipa de segurança, dado que a Securitas trabalhava para a faculdade ininterruptamente pelo menos desde 2001. Para além de serem ilegais, fugiam aos sistemas de compras centralizados que a reitoria determina e tinham em consequência disso todas as perdas de economia fiscal que daí advêm. Assim, considerou que o atual diretor agiu de acordo com o interesse público ao desfazer todos esses contratos, tendo celebrado novos nos termos em que estes devem, efetivamente, ser celebrados. De seguida, expressou que não via problema algum numa possível discussão do assunto na próxima reunião, embora sentisse necessidade de apelar à informação.

Tomou a palavra o Professor Doutor Januário da Costa Gomes, afirmando que o fator humano deveria ser sido tido em conta pela direção e que um elemento meramente economicista não deveria necessariamente sobrepor-se ao mesmo, na medida em que a equipa de segurança já trabalhava para a instituição há vários anos. Reiterou a importância da discussão do ponto em questão na próxima reunião, apelando a que chegassem aos membros do órgão quaisquer elementos informativos que ajudassem a esclarecer o porquê de uma mudança tão repentina.

Tomou a palavra Isabel Ramos, informando que a revogação do contrato tinha tido como base o cumprimento do Código dos Contratos Públicos, na medida em que o limite estabelecido de três anos já havia sido ultrapassado. Explicou que a revogação não se havia limitado ao contrato de prestação de serviços com a equipa de segurança, tendo acontecido exatamente o mesmo com as empresas de limpeza e de jardinagem, respetivamente.

Interveio, de seguida, o Dr. Tiago Antunes, associando-se ao louvor dirigido ao Dr. David Carvalho Martins por parte do Professor Doutor José Luis Ramos e comunicando que a renúncia deste se prendia com questões de acumulação de trabalho. Terminadas as intervenções quanto ao ponto em discussão, o Professor Doutor Vasco Pereira da Silva informou, então, que este transitaria para a próxima reunião. Passou-se, de imediato, para a discussão referente à *FDUL Experience 2014*.

Interveio o Professor Doutor Januário da Costa Gomes, expressando que os mais recentes elementos documentais respeitantes ao evento provavam os excessivos gastos na organização do mesmo. Afirmou que as verbas não tinham que ter os fins para que foram utilizadas, evidenciando que a instituição carecia de necessidades mais prementes, nomeadamente a angariação de verbas para os estudantes, o problema da biblioteca ou a questão do material informático. Tomou a palavra o Professor Doutor José Luis Ramos, referindo que o protocolo celebrado com a Caixa Geral de Depósitos ignorava o evento *FDUL Experience 2014*, tendo a faculdade esbanjado dinheiro que deveria ter sido empregue, de acordo com as obrigações decorrentes do Protocolo, no apoio ao desenvolvimento de sistemas, em prémios ou bolsas a alunos finalistas da licenciatura ou de mestrado ou em projetos relevantes na faculdade. Evidenciou as contrapartidas advindas do protocolo, nomeadamente a vinculação da faculdade a um espaço temporal de cinco anos ou o aluguer gratuito de salas. Por fim, referiu perceber porque se havia escondido o Protocolo da CGD até agora. A Direção resolveu, num ano de austeridade, revisitar a fábula da cigarra e da formiga. Em vez de aplicar os 100 mil euros nas atividades preconizadas no Protocolo, esbanjou tal quantia em atividades festivas, aí não previstas e de duvidosa utilidade.

Tomou a palavra o Professor Doutor David Duarte, alertando primeiramente para o prestígio que a faculdade irá adquirir a médio-longo prazo com a realização do festival, quer em termos de posicionamento no seio da Universidade de Lisboa, quer no meio académico português. Informou, de seguida, que o evento havia sido realizado pela Câmara Municipal de Lisboa, pela Junta de Freguesia de Alvalade, pela Faculdade de

Direito da Universidade de Lisboa, pela Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa e pela Associação dos Antigos Alunos, estando esta a iniciar um projeto de maior intervenção junto da faculdade, passando este pelo apoio a estudantes carenciados. Referiu, de seguida, que as receitas obtidas para o auxílio de estudantes carenciados haviam sido arrecadadas pela Associação dos Antigos Alunos. Tomou a palavra o Professor Doutor Luis Pereira Coutinho, associando-se às intervenções dos Professores Doutores José Luis Ramos e Januário da Costa Gomes, destacando em particular a situação da biblioteca e a questão do material informático, na medida em que os docentes dão por si a financiar o seu próprio posto de trabalho visto que os computadores disponibilizados sustentam ineficazmente as plataformas digitais orientadas para o lançamento de notas. Apelou, por conseguinte, à renovação do equipamento informático da faculdade e, perante o quadro exposto, demonstrou a sua surpresa quanto à orientação das verbas do protocolo.

Tomou a palavra o Professor Doutor Jorge Duarte Pinheiro, reiterando a importância do festival e a sua função de enriquecimento e formação cultural. Informou que a Caixa Geral de Depósitos não havia sido alheia ao evento, na medida em que alguns dos seus dirigentes haviam inclusive reunido consigo, disponibilizando material promocional e ajudando na sua organização - para além de o terem frequentado.

Interveio o Presidente da Associação Académica, Pedro Gonçalves, reiterando a posição que manifestou em reuniões anteriores e expressando que os órgãos da faculdade deveriam ter uma palavra a dizer no que diz respeito à organização de tais eventos, nomeadamente o Conselho de Gestão e o Conselho Académico, devendo este último ter sido consultado antes da realização do festival. Terminou apelando a uma maior participação orgânica em 2015, referindo que o evento *FDUL Experience* apresentava uma importância inegável e que as várias pretensões explicitadas pelos membros do órgão podiam ser conjugadas. Tomou a palavra o Professor Doutor Januário da Costa Gomes, expressando que era da maior importância que gastos subtuários não se repetissem no futuro e que as verbas fossem orientadas de acordo com necessidades mais prementes da instituição.

Interveio o Professor Doutor David Duarte, evidenciando a transparência administrativa com que o processo fora levado a cabo e esclarecendo que, embora o diretor responda perante o Conselho de Escola, este não tem poderes de gestão sobre a faculdade.

Tomou a palavra o Professor Doutor Luis Pereira Coutinho, afirmando que o Conselho de Escola não se revia nas decisões tomadas pelo sr. Director no âmbito da realização do *FDUL Experience 2014*, apelando a sua organização futura fosse discutida para que se pudesse alcançar um juízo relativamente consensual. Neste contexto, interveio o Dr. Tiago Antunes, pedindo que não se confundissem posições individuais dos membros do órgão com a posição do órgão. O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva expressou, então, que o Conselho de Escola não possuía uma função executiva e que não se deveria imiscuir nas competências do Conselho de Gestão, podendo apenas apelar à tomada em consideração das preocupações levantadas pelos membros do órgão numa realização futura.

Tomou a palavra a Professora Doutora Margarida Seixas, salientando a orientação crítica seguida pela maioria dos membros do órgão, expressa indubitavelmente nas atas das reuniões anteriores. Dito isto, observou o Professor Doutor Vasco Pereira da Silva que era elementar que o órgão considerava que a iniciativa era meritória, devendo, contudo, respeitar futuramente objetivos de proporcionalidade, participação e eficiência na utilização de gastos públicos. Passou-se, de seguida, à discussão da situação da biblioteca da faculdade.

Tomou a palavra o Professor Doutor Luis Pereira Coutinho, julgando ser imperativa uma reflexão séria sobre as condições de utilização da biblioteca de maneira a que esta sirva da melhor maneira possível a comunidade académica, nomeadamente quanto ao horário - não olvidando os alunos do pós-laboral, tal como referido por Pedro Gonçalves na reunião anterior -, havendo igualmente a possibilidade de abertura ao sábado de manhã, beneficiando de igual forma os alunos de mestrado e de doutoramento. Levantou, de seguida, a questão da leitura presencial, considerando que tal sistema é penalizador em sede de investigação e que abusos passados não devem ditar a sua continuidade.

Tomou a palavra a Professora Doutora Margarida Seixas, discordando da intervenção do Professor Doutor Luis Pereira Coutinho e declarando-se adepta da leitura presencial no espaço da biblioteca, na medida em que é a única forma de assegurar que os livros não desaparecem e se encontram à disposição da comunidade. Destacou, de seguida, dois problemas: a questão do barulho no dito espaço - cuja resolução passaria incontornavelmente por disciplinar os seus utilizadores -, e a acumulação dos livros nos gabinetes aquando da sua utilização, evidenciando a necessidade de criação de um sistema de registo que comportasse um prazo exequível, de forma a evitar a



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

permanência dos mesmos ao longo de meses. Em resposta, o Professor Doutor Luis Pereira Coutinho expressa que é de interesse geral a proteção do espólio da biblioteca, referindo, no entanto, que a biblioteca da Universidade Católica Portuguesa tem implementado um sistema de utilização responsável com possibilidade de requisição.

Interveio o Professor Doutor Januário da Costa Gomes, afirmando que a questão deve ser discutida nos diversos corpos, nomeadamente no Conselho Científico. Destacou a dificuldade de concentração como um dos principais problemas da biblioteca, criticando a sua utilização por grupos de trabalho e evidenciando que esta deve ser utilizada para o estudo solitário. Aludiu, de seguida, ao despacho do Diretor, n.º 60/2014, relativo à situação gerada na sequência da demissão do Professor Bibliotecário, Prof. Doutor José Duarte Nogueira, considerando que este Professor era merecedor de um tratamento mais cuidado, já que o referido Despacho sugere que o Prof. Duarte Nogueira se teria demitido sem fundamento e voltado a aceitar o cargo como se se tivesse tratado de um capricho. Ora, no mínimo, até porque a situação envolveu a mediação do Presidente do Conselho Científico, deveria ter sido feito o enquadramento da dita mediação, quiçá com referência ao facto, que terá pesado na nova aceitação por parte do Prof. Duarte Nogueira, de, entretanto, ter sido feito um requerimento à Sr.ª Ministra de Estado e das Finanças no sentido de contratação de um chefe de divisão para a biblioteca da Faculdade.

Tomou a palavra o Professor Doutor José Luis Ramos, expressando não ter uma visão catastrofista da biblioteca, considerando os seus avanços práticos desde o ano de dois mil, recordando as enormes dificuldades com que a comunidade académica se deparava para ter acesso a um livro, relembrando o valor da base de dados e salientando os serviços inestimáveis da biblioteca, que atribui em grande parte ao notável trabalho da Dr.ª Sofia Soares. Neste contexto, o Professor Doutor Luis Pereira Coutinho referiu que as condições da biblioteca haviam melhorado significativamente a partir de 1995 tendo em conta condições logísticas inteiramente novas, que em pouco diferem das condições da Universidade Católica Portuguesa e da biblioteca do Instituto de Ciências Sociais. Evidenciou, de seguida, que se levantava o problema de lotação da biblioteca durante a altura de exames, problema esse que se traduz num fator limitante e prejudicial à investigação, sendo o mesmo facilmente ultrapassável através da adesão a um sistema de requisição responsável.

Interveio José Miguel Vitorino, expressando que ausência de um sistema de requisição se consubstancia numa garantia de acesso para a comunidade estudantil e relembrando



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Handwritten initials or signature in the top right corner.

que a Associação Académica está prestes a ter uma biblioteca jurídica, através da qual será possível requisitar livros. Associando-se às críticas quanto ao barulho constante no espaço, dirigiu-se diretamente o diretor, perguntando se em Março a biblioteca sempre alargará o seu horário de funcionamento para as vinte e duas horas.

O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva salientou, neste contexto, que existem dois tipos principais de utilizadores da biblioteca, dividindo-se estes entre os alunos e os investigadores e tendo estes necessidades distintas. Interveio então o Professor Doutor Jorge Duarte Pinheiro, referindo que muitas destas questões se encontram devidamente contempladas no Plano de Atividades para 2015, incluindo a dimensão digital da biblioteca e o apoio à investigação. Afirmou que era de suma importância considerar a biblioteca num quadro mais global, lembrando as obras que se encontram em andamento na sala de estudo, cujo propósito é deslocar todo um conjunto de utilizadores da biblioteca para o lugar mais adequado para os receber, salvaguardando simultaneamente os interesses de outros que não devem ser prejudicados, nomeadamente investigadores. Salientou que a questão do alargamento do horário de funcionamento não era tão linear assim, na medida em que a biblioteca necessita dos seus funcionários, nomeadamente de presenças físicas que disponibilizem os seus serviços, concluindo assim que esperava que o dito alargamento estivesse para breve, embora houvesse que ter em consideração que tal não será possível sem a necessária autorização respeitante ao reforço de funcionários.

Tomou a palavra a Dr.^a Sofia Soares, expressando que há um controlo dos jovens que se encontram nos gabinetes, feito semanalmente através do envio de um *email*. Alertando os membros do órgão para a crescente danificação do espólio - constatável pelas revistas e pelos livros rasgados -, reiterou a questão do barulho e as dificuldades associadas ao seu controlo.

Interveio Pedro Gonçalves, lembrando que havia sido deliberado numa reunião do Conselho Académico que o aumento de funcionários era uma prioridade e que o sr. diretor se encontrava vinculado a tomar as diligências necessárias para que tal se concretizasse. De seguida, salientou que o nosso horário era insuficiente em comparação com outras instituições, nomeadamente com a Faculdade de Letras, e que tendo em conta as condições logísticas, o espaço e o espólio, era imperativo que se caminhasse no sentido do progresso, de forma a que um dia a biblioteca possa vir a estar aberta vinte e quatro horas por dia, sendo esse o caminho do sucesso e da excelência.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Terminadas as intervenções, passou-se ao ponto seguinte, respeitante à renovação dos contratos de dois assistentes da faculdade.

Tomando o Professor Doutor Januário da Costa Gomes a palavra, começou este por louvar a competência do Dr. Carlos Lacerda Barata, louvando a perseverança deste na aplicação da legalidade no respeitante à renovação do seu contrato e destacando tal episódio como um ponto negativo a apontar à atual direção, na medida em que esta havia desconsiderado o parecer do Conselho Científico e havia sido necessário recorrer a outras instâncias governamentais para que a justiça do caso concreto efetivamente concretizada. Mais referiu que, objetivamente, este processo indicia um propósito de acabar com a carreira académica do Mestre Carlos Lacerda Barata. Interveio o Professor Doutor David Duarte, expressando era importante não pessoalizar o problema, na medida em que a competência para a renovação dos contratos pertence ao reitor e não ao diretor, tendo delegado o primeiro a competência no segundo. Exercendo estas competências delegadas, o diretor - que tem responsabilidade financeira quando toma decisões legais - solicitou ao delegante que a competência deveria ser exercida, homologando um parecer que enunciava as razões pelas quais os contratos não deveriam ser renovados. Relembrou que a competência e a qualidade dos docentes nunca esteve em causa, sendo uma questão meramente legal, explicando que, decorrido um certo espaço temporal, foi emitido um novo parecer com um sentido totalmente distinto do primeiro, tendo o diretor agido nesse sentido de forma límpida e transparente.

Tomou a palavra o Professor Doutor José Luis Ramos, referindo o tendencioso conteúdo do email dirigido pela Diretora Executiva, Dr.^a Ana Paula Carreira, à reitoria, considerando que esta tentara condicionar a resposta do destinatário. Referiu, de seguida, o pedido de parecer à Direção Geral do Ensino Superior, embora esta não tivesse competência para tal, ao contrário da Secretaria-Geral do Ministério da Educação. Expressou ainda acreditar que o Sr. Diretor agira de boa fé, ao contrário de outros, notando, assim, uma clara tentativa de afastamento de dois ilustres docentes da faculdade por parte de alguém. Apelou ao respeito e à consideração pelos pareceres do Conselho Científico e de ilustres Professores desta Faculdade, afirmando que, quando se requerem pareceres a entidades externas à faculdade, devem estes ser dirigidos às entidades corretas - neste caso a Secretaria-Geral do Ministério da Educação.

Interveio o Professor Doutor Jorge Duarte Pinheiro, esclarecendo que o referido *email* expressava uma dúvida compreensível quanto à legalidade da renovação dos contratos.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Referiu que era imperativo que houvesse algum distanciamento na emissão do parecer, na medida em que os membros do Conselho Científico são colegas dos principais interessados na questão em análise. Salientou que a dita contratação dos assistentes nunca esteve em causa, mas sim a percentagem da sua contratação visto que estes se encontravam contratados a cem por cento, na medida em que tal constitui um fenómeno inédito na Universidade de Lisboa. Interveio o Dr. Tiago Antunes, equiparando a situação do Dr. Carlos Lacerda Barata à sua e referindo que resolveu a sua situação pessoal através da entrega da sua tese, o que lhe permitiu a renovação do contrato. Tomou a palavra o Professor Doutor David Duarte, expressando o seu louvor ao sr. Diretor perante a forma absolutamente irrepreensível como lidou com a questão, tendo sido secundado pelos drs. Tiago Antunes e Francisco Paes Marques.

Passou-se, de seguida, ao tratamento da questão da contratação do pessoal não-docente. Interveio, neste contexto, o Professor David Duarte, evidenciando que a faculdade tem vindo a aumentar o nível do seu número de funcionários não-docentes. De seguida, tomou a palavra o Professor Doutor José Luis Ramos, questionando a utilidade e a adequabilidade da metodologia de contratar pessoal não docente através do mecanismo das bolsas de investigação. Considera tal procedimento pouco ético e ilegal. Tanto mais essas pessoas ao prestarem serviços à Faculdade- caso da Dra Inês Viegas- nada investigam, ganham mais do que alguns funcionários e sequer cumprem um horário de trabalho. Relativamente à Diretora Executiva, cumpre atentar na sua ilegal equiparação para efeitos remuneratórios. Na verdade, o artigo 107 do RJIES determina que o regime remuneratório dos titulares dos órgãos de governo e de gestão de instituições de ensino superior públicas e das suas unidades orgânicas é fixado por decreto lei. Por seu turno, o nº 3 do D Lei nº 14/2003 de 30 de janeiro determina que os suplementos têm de estar previstos na lei ou em instrumento de regulamentação coletiva, proibindo-se a atribuição de regalias e benefícios suplementares ao sistema remuneratório, em dinheiro ou em espécie, diretos ou indiretos, que acresçam às respetivas componentes remuneratórias. Aliás, por isto ser assim, chamo a especial atenção para o Relatório da Auditoria nº 20/2014, elaborado pelo Tribunal de Contas no que respeita ao Instituto Superior Técnico. Aí se diz, sem margem para dúvidas, que é ilegal a equiparação para efeitos remuneratórios feita por via estatutária. Como tal, nem a Universidade ou a Faculdade dispõem de competências em sede de remunerações pelo que se me afiguram ilegais quaisquer normas estatutárias, de natureza regulamentar, que procedam à equiparação, para efeitos remuneratórios, a



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

LD
DB

um cargo de direção superior de segundo grau. Interveio, de seguida, o Professor Doutor Januário da Costa Gomes, reiterando a importância do Marketing e da gestão da imagem da faculdade. De seguida, em resposta à questão dos valores recebidos pela Diretora Executiva, salientou o Diretor que a situação se encontrava devidamente legitimada à luz dos próprios estatutos da Universidade de Lisboa, o que poderia ser comprovado com base na consulta dos mesmos.

Interveio, então, o dr. Tiago Antunes, referindo que não compreendia as críticas às formas encontradas pela direção da faculdade em alargar os serviços da faculdade em matéria de recursos humanos. Censurou, de seguida, as críticas levantadas pelo Professor Doutor José Luis Ramos quanto à remuneração da Diretora Executiva, visto que esta se encontra devidamente prevista nos estatutos. O Professor Doutor David Duarte associou-se a tais comentários, na medida em que o ordenado da Diretora Executiva se encontra tabelado. Perante tais comentários, o Professor Doutor José Luis Ramos indicou estar meramente a citar um relatório do Tribunal de Contas, não tendo evidentemente interesse algum em atacar quem quer que fosse. A título de esclarecimento, referiu o Diretor que a questão encontrava resolução no artigo 6.º do Anexo I dos Estatutos da Universidade de Lisboa, tendo estes sido publicados no Diário da República a 19 de Abril de 2013.

Por ordem do Presidente, foi feito um intervalo de dez minutos, tendo os trabalhos sido retomados às dezoito horas.

Foi sugerido que os pontos por abordar transitassem para a reunião seguinte, terminando a reunião com a eleição do representante dos docentes e investigadores não doutorados, o que reuniu consenso entre todos os membros do órgão. O Professor Vasco Pereira da Silva afirmou então que, nos termos do regulamento, quem tem capacidade de voto ativa e passiva são os membros do órgão, tendo sido a Lista B a única a apresentar membros em condições elegíveis.

Interveio o Professor Doutor Januário da Costa Gomes, salientando a importância de uma prévia auscultação dos docentes e investigadores não doutorados, para que não houvesse o perigo de estes se verem representados por alguém em quem não se reveem. Tomou a palavra a Professora Doutora Margarida Seixas, referindo que antes da eleição do Dr. David Carvalho Martins recebera um mail do mesmo, no qual este informava que era candidato, perguntando ao Dr. Tiago Antunes se também ele enviara agora um mail idêntico, informando os Colegas Assistentes da sua candidatura. Tomou a palavra o dr. Tiago Antunes, expressando que os estatutos deveriam ser alterados no



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

DB

sentido da eleição de um suplente, visto que, havendo um suplente, tal problema de haver forçosamente uma nova eleição a meio do mandato evitar-se-ia. Expressou que, a ser eleito, informaria de imediato os restantes docentes e investigadores não doutorados no sentido de lhes fazer chegar a informação da sua eleição, procurando um contacto o mais próximo possível, necessário na qualidade de representante. Salientou que o circunstancialismo temporal havia sido chave, dada a recente renúncia do Dr. David Carvalho Martins. Numa tentativa de resolver a questão, o Professor Doutor Vasco Pereira da Silva sugeriu que fosse levada a cabo uma eleição provisória, sendo esta legitimada futuramente após a auscultação dos docentes e investigadores não doutorados. O Professor Doutor David Duarte desvalorizou a necessidade de complexizar uma questão tão simples, afirmando o Professor Doutor Januário da Costa Gomes que a solução de uma consulta ou eleição prévia seria a mais adequada, até por uma questão de reforço de legitimidade. Esta observação foi secundada pelo Professor Doutor José Luis Ramos.

O Professor Doutor David Duarte desvalorizou novamente a necessidade de complicar algo tão límpido e transparente, na medida em que se encontra escrito nos estatutos da faculdade que os assistentes do Conselho de Escola elege o seu representante. Evidenciou que a situação em questão encontra resolução com a aplicação dos estatutos e, disto isto, procedeu-se à votação, tendo a mesma culminado na eleição do dr. Tiago Antunes.

A reunião do próximo Conselho de Escola ficou agendada para o dia dois de Março de dois mil e quinze.

O Presidente da Assembleia

(Vasco Pereira da Silva)

O Secretário da Assembleia

(Diogo Baig)